



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2016

(Da Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para debater a soberania alimentar e a geração de emprego e renda para os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.

Senhor Presidente,

Com amparo no art. 255 do Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a realização de audiência pública para debater a soberania alimentar e a geração de emprego e renda para os Povos Tradicionais de Matriz Africana. Nesse sentido, solicitamos sejam convidados (as):

- I) A Sra. **Regina Barros Goulart Nogueira** (Kota Mulanji Mona Kelembeketa Loaba), coordenadora-geral do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (Fonsanpotma);
- II) A Sra. **Nilma Lino Gomes**, Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos da Presidência da República;
- III) Ministério do Trabalho e Previdência Social;
- IV) A Sra. **Tereza Campello**, Ministra de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e
- V) Representante dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.

JUSTIFICAÇÃO

Povos e comunidades tradicionais de matriz africana são definidos como grupos que se organizam a partir dos valores civilizatórios e da cosmovisão trazidos para o Brasil por africanos para cá trasladados durante o período escravocrata, o que possibilitou um contínuo civilizatório africano no País, constituindo territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade.

Debater as práticas alimentares desses povos é condição precípua para que o Estado brasileiro possibilite condições ao acesso dos mesmos às políticas sociais dos governos federal, estadual e municipal, cujo objetivo maior é a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional.

Para especialistas, o debate sobre o tema é extremamente importante para reiterar a importância dos povos, entendendo-os como o agrupamento de pessoas que têm em comum uma visão de mundo, uma forma de se organizar social, econômica e religiosamente.

Ademais, é condição necessária para que possam exigir soberania alimentar, o que só é possível quando dispõem de capacidade de produzir e consumir aqueles alimentos que são mantenedores da sua tradição.

Por outro lado, agregado a esse tema, torna-se fundamental o debate sobre a geração de emprego e renda para essa parcela populacional como forma de impulsionar as ações em curso do governo federal para a promoção da inclusão social do grupo em questão.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2016.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**